

Ano V do DOE Nº 1175 Belém, quarta-feira,

26 de janeiro de 2022

2 Páginas

BIÊNIO - janeiro de 2021/janeiro de 2023

Mara Lúcia Barbalho da Cruz

Conselheira/Presidente do TCMPA Antonio José Costa de Freitas Guimarães Conselheiro/Vice-Presidente do TCMPA Francisco Sérgio Belich de Souza Leão Conselheiro/Corregedor do TCMPA * Luis Daniel Lavareda Reis Junior Conselheiro/Ouvidor do TCMPA Sebastião Cezar Leão Colares Conselheiro/Presidente da Câmara Especial do TCMPA José Carlos Araújo

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial do TCMPA

Lúcio Dutra Vale

Conselheiro

→ José Alexandre da Cunha Pessoa

→ Adriana Cristina Dias Oliveira

→ Márcia Tereza Assis da Costa

"O Tribunal de Contas dos Municípios do

Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela

Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980

, à Constituição Estadual, com fundamento

"Orientar e fiscalizar a administração pública e

a gestão dos recursos municipais, visando a sua

efetiva e regular aplicação em benefício da

"Ser instituição de excelência no controle

externo, reconhecida pela sociedade como

indispensável ao aperfeiçoamento da gestão

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015 1;

Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA : Sua estreia aconteceu em 13/12/2016 4

no Art. 16, § 1º da Constituição Federal."

CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):

→ Sérgio Franco Dantas

CRIAÇÃO

sociedade."

pública."

VISÃO

DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO











O Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) determinou que o ex-gestor do Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio, Francisco Gonzaga de Queiroga Sobrinho, devolva aos cofres da Prefeitura, com juros e correção monetária, a importância de R\$ 286.268,41, no prazo de 60 dias. Para garantir que o Município seja ressarcido, o Pleno aprovou medida cautelar, no sentido de que sejam tornados indisponíveis os bens do ordenador de despesas, caso não devolva o referido valor dentro do prazo estipulado.

Francisco Gonzaga de Queiroga Sobrinho teve sua prestação de contas do exercício financeiro de 2016 reprovada pelo Pleno do TCMPA. Ele foi multado em um total de R\$ 23.952,26, devido ao

NESTA EDICÃO

DO GABINETE DE CONSELHEIRO

♣ NOTIFICAÇÃO 02

BLOQUEADOS SE NÃO DEVOLVER R\$ 286,2 MIL AO MUNICÍPIO

O valor a ser devolvido, no montante de R\$ 286.268,41, é decorrente de divergência entre o declarado e o levantado nos saldos iniciais e finais de conta bancária.

grande número de irregularidades.

O Tribunal dará ciência da decisão à Prefeitura de Mãe do Rio, para que tome providências previstas na lei, referentes à cobrança do débito imputado ao ex-gestor do Fundo de Saúde.

Cópia dos autos será enviada ao Ministério Público Estadual para as responsabilizações e aplicações das penalidades cabíveis.

Entre as irregularidades cometidas por Francisco Sobrinho destaca-se também o fato de que o saldo final levantado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 3.477,40, ser insuficiente para cumprir os compromissos assumidos, no montante de R\$ 918.738,41; e o não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, infringindo o art.168-A, do Código Penal.

O processo foi anunciado pelo conselheiro Antonio José Guimarães, vice-presidente do TCMPA, que conduziu esta parte da 1ª Sessão Virtual do Pleno, realizada na quarta-feira passada (19), para que a conselheira Mara Lúcia, presidente da Corte de Contas, pudesse relatar o referido processo.

CONTATO/DOE do TCMPA

Secretaria Geral/ (91) 3210-7545 suporte.doe@tcm.pa.gov.br 🍎

REGULAMENTAÇÃO/DOE do TCMPA

ENDEREÇO/TCMPA

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio. Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 4 -Telefone: 2 (91) 3210-7500 (Geral)







CONTROLADORIAS DE **CONTROLE EXTERNO - CCE**

NOTIFICAÇÃO

3ª CONTROLADORIA

NOTIFICAÇÃO Nº 006/2022/3ª CONTROLADORIA/TCM

Processo nº 1.01.091402.2021.2.0000

A Exma. Conselheira MARA LÚCIA, com fundamento no art. 414 e seguintes do Regimento Interno/TCM-PA, bem como nos arts. 1º, XVIII, 32, III, "a" e 33, 34, I, 66, 67, IV e §4º e 69, V, todos da Lei Complementar 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), NOTIFICA a Sr.ª MARIANA AZEVEDO CHAMON, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE **CURIONÓPOLIS**, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o recebimento das Demanda de Ouvidoria nº 11012022004, em 11/01/2022, que traz a denúncia de irregularidade no Pregão Eletrônico nº 025/21 realizado no município.

CONSIDERANDO o teor da Informação Técnica nº 011/2022/3ªControladoria/TCM/PA;

CONSIDERANDO a competência desta Corte de Contas, especificamente da 3ª Controladoria para apreciação e julgamento das contas do Município de Curionópolis no período de 2021-2024.

RESOLVE:

NOTIFICAR, a Sra. MARIANA AZEVEDO CHAMON, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS, para que, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência desta, sob pena de multa diária nos termos do art. 693 e seguintes do Regimento Interno do TCM/PA, para que:

- 1 Prestar informações e apresentar defesa considerando os termos da Demanda de Ouvidoria nº 11012022004;
- 2 O Pregão Eletrônico nº 025/202 foi realizado? Em caso positivo, Quais empresas foram habilitadas.
- 3 Houve inabilitação de participante? Em caso afirmativo, qual a motivação?
- 4 No processo licitatório houve recurso? Em caso positivo, foi em tempo hábil? Qual a manifestação da CPL?
- 5 Ato que designou pregoeiro e equipe de apoio;
- 6 Qual a motivação do processo não estar concluso;
- 7 Apresente outras informações que entender pertinentes a matéria.

Belém, em 26 de janeiro de 2022.

MARA LÚCIA

Conselheira/Relatora

www.tcm.pa.gov.br

Protocolo: 37353























